



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÕES - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Processo nº 08204.003981/2024-48

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

1.1. Contratação de serviços contínuos de manutenção predial, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva) e fornecimento de materiais, peças e equipamentos para a manutenção preventiva e corretiva nas instalações da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia (DIREN/ANP/PF).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Manter os prédios conforme Anexo 01 - Descrição Geral dos Edifícios (SEI nº 61695071).

2.2. Acrescentando-se ainda área pavimentada e área verde, os quais contabilizam uma área construída de 58.165,29 m² e área de terreno de 798.160,44 m², localizado na Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900, em perfeito estado de funcionamento, com o constante monitoramento e operação de seus sistemas e equipamentos e realização de manutenções preventivas e corretivas dos serviços integrados às instalações prediais. Dessa forma, o patrimônio público se manterá preservado, além de possibilitar que os servidores desempenhem suas atividades em ambiente de trabalho adequado, inclusive com condições favoráveis para o atendimento ao público.

2.3. A Polícia Federal detém sistemas civis, elétricos, mecânicos e de automação que utilizam equipamentos com elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados em engenharia, manutenção de equipamentos e automação, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Os sistemas devem ser inspecionados periodicamente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção preventiva e preditiva, principalmente nas instalações mais antigas, pode levar ao colapso de sistemas vitais ao desempenho das atividades desenvolvidas pelo Órgão.

2.4. A Diretoria de Ensino, nas suas instalações localizadas em Brasília/DF, utilizam também vários sistemas, máquinas e equipamentos que apresentam elevada complexidade e que, por isso, exigem conhecimentos técnicos especializados em engenharia e manutenção predial, de forma a garantir seu perfeito funcionamento. Entre estes sistemas, as instalações prediais elétricas, cabeamento estruturado, hidráulicas, sanitárias, de ar condicionado, controle de acesso, CFTV, gases especiais, detecção, prevenção e combate a incêndio e outras no mesmo nível de complexidade, devem ser supervisionados, operados e inspecionados constantemente para garantir segurança e conforto aos usuários, mantendo um adequado padrão operacional. A falta de manutenção predial preventiva pode resultar em mal funcionamento do sistema, ineficiência energética e acidentes com vítimas ou prejuízos materiais e imateriais graves.

2.5. Os sistemas e os equipamentos necessitam, com frequência, de manutenção corretiva, para sanar defeitos impossíveis de serem previstos ou evitados. Ademais, a constante dinâmica das atividades desta Contratante impõe a necessidade de adequações e ampliações nos sistemas citados, de forma a atender a demanda dos ambientes de trabalho, como, por exemplo, a instalação ou readaptação de luminárias, aparelhos de ar condicionado, pontos elétricos e movimentação de divisórias.

2.6. Nos prédios onde os serviços serão executados, concentram-se sistemas informatizados que têm abrangência nacional, de forma que algum mal funcionamento das instalações podem comprometer o desempenho e a segurança em várias outras unidades da PF em aeroportos, áreas de fronteiras e outras unidades. Desse modo, o objetivo da contratação é prover confiabilidade às instalações e continuidade dos

serviços e das atividades desempenhadas nesses locais.

2.7. Atente-se que os serviços visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público e o correto funcionamento das instalações prediais, garantindo assim, a perfeita atividade finalística das edificações que constituem a Diretoria de Ensino, evitando interrupções que possam comprometer a prestação de um serviço público e missão institucional eficientes, todavia, as instalações que compõem a Diretoria de Ensino, bem como o quadro de pessoal da Polícia Federal não dispõem, de recursos humanos para o atendimento desses serviços, especificamente para a finalidade pretendida. Isto posto, considerando que os serviços pretendidos são necessários, bem como que tais serviços não possuem correlação com as atribuições dos cargos previstos no quadro de pessoal próprio da Polícia Federal, demonstra-se plenamente justificada a presente demanda.

3. ÁREA REQUISITANTE

3.1. Setor de Engenharia e Manutenção de Instalações - SEMAI/CLOG/DIREN-ANP/PF.

4. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Os serviços serão executados nas instalações da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, situada na Rodovia DF-001, KM 02, Setor Habitacional, Taquari - Lago Norte, Brasília - DF, 71559-900.

4.2. Trata-se da contratação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, composto por um grupo único com 3 (três) itens:

4.2.1. Serviços com mão de obra permanente;

4.2.2. Serviços com mão de obra eventual; e

4.2.3. Fornecimento de peças, materiais e equipamentos.

4.3. Os custos com mão de obra eventual e de serviços provisionados, peças e materiais são valores que serão pagos somente quando determinado componente precisar ser substituído ou adquirido, sendo um custo variável e a custo do mercado.

4.4. O Anexo 01 (SEI nº 61695071) ao Termo de Referência apresentará toda a Descrição Geral dos Edifícios.

4.5. Considerando o valor estimado da contratação não há que se falar em exclusividade para ME/EPP.

4.6. Não será permitida a participação de consórcios e/ou cooperativas, com justificativas exaradas no Anexo 18 (SEI nº 61696780).

4.7. Considerando a complexidade técnico-operacional dos serviços a serem executados. Considerando o quantitativo de mão de obra envolvido na contratação. Considerando tratar-se do complexo da Diretoria de Ensino, que envolve várias edificações, cujo funcionamento é essencial para o bom funcionamento de todas as unidades da Polícia Federal, inclusive para a boa formação de novos Policiais Federais e que a paralisação de uma dessas edificações/serviços/equipamentos poderá gerar grave prejuízo na funcionalidade de sistemas e prejudicando operações e a atividade fim da Polícia Federal como um todo, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, que no quesito capacidade técnica deverá apresentar certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser inferior a 3 (três) anos, nos termos do parágrafo 5º da Lei nº 14.133, de 2021 e ainda:

4.7.1. O licitante vencedor deverá apresentar documentação de profissional, devidamente registrado no CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação, nos termos do inc. I do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.7.1.1. Nos termos do § 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, os profissionais

indicados pelo licitante na forma dos incisos I e III do caput deste artigo deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração;

4.7.1.2. A comprovação do vínculo do Responsável Técnico deverá ser feita por meio de cópias da Carteira de Trabalho ou fichas de Registro de Empregado que comprove a condição de que pertence ao quadro da Contratada, ou contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.

4.7.2. O licitante vencedor deverá apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8. Documentação relativa à Capacidade Técnico-Operacional:

4.8.1. Declaração (não obrigatória) de que a empresa vistoriou, por intermédio de seu Responsável Técnico, os locais e instalações da prestação dos serviços, tendo então pleno conhecimento das condições e eventuais dificuldades para a execução dos mesmos, bem como de todas as informações necessárias à formulação da sua proposta de preços, devendo tal vistoria ser realizada até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para a sessão pública, não sendo admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

4.8.1.1. O licitante que franquear o direito de vistoria assumirá os riscos da confecção da sua proposta, sem possibilidade de alegações posteriores sobre desconhecimentos dos serviços, áreas, equipamentos e/ou dificuldades técnicas não previstas.

4.8.2. O licitante vencedor no ato da habilitação deverá apresentar pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidade e prazos com o objeto da contratação, contemplando, ao menos, os seguintes dados:

4.8.2.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

4.8.2.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 40% (quarenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

4.8.2.3. Comprovação que já executou contrato(s) de manutenção predial nos termos e condições semelhantes às especificadas no estudo técnico (anexo a este Termo de Referência) com área construída com um mínimo de 20% (vinte por cento) do total da área construída abrangida no Complexo da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia - DIREN-ANP, cuja área é 58.165,29 m²;

4.8.2.4. Informações que permitam estabelecer, por proximidade de características funcionais, técnicas, dimensionais e qualitativas, comparação entre os serviços objeto da contratação e os realizados em edificações não residenciais, com fornecimento de todo o material de reposição, observados os seguintes parâmetros:

a) Monitoramento, Operação e Manutenção de instalações elétricas prediais de baixa tensão com capacidade instalada mínima de 1.900 KVA;

b) Monitoramento, Operação e Manutenção de instalações hidrossanitárias prediais em edificações com área construída mínima de 5.000 m²;

c) Monitoramento, operação e manutenção em instalações de ar condicionado do tipo VRF e SPLIT;

d) Monitoramento, Operação e Manutenção de rede elétrica de tensão ininterrupta/estabilizada e aterrada para computadores e periféricos, com no mínimo 500 pontos ininterrupta/estabilizados e aterrados;

- e) Monitoramento, Operação e Manutenção de rede área e subterrânea de média tensão (13,8kV) e potência instalada mínima de 1.900 kVA;
- f) Monitoramento, Operação e Manutenção de barramento Blindado (Bus-Way) com capacidade mínima de 1.000 Amperes;
- g) Monitoramento e Operação de equipamentos no-break eletrônicos trifásicos, com potência unitária mínima de 100 kVA, e capacidade total da instalação de 500 KVA;
- h) Monitoramento e Operação de grupos geradores automáticos de energia elétrica de emergência, com capacidade unitária mínima de 300 kVA, e capacidade total da instalação de 2.000 kVA.

4.9. De acordo com a Instrução Normativa SG/MPDG nº 5, de 2017, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional. Segundo o Acórdão nº 132/2008 – Segunda Câmara, o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.9.1. Desta forma, a contratação aqui descrita é do tipo serviço continuado com possibilidade de prorrogação por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.10. Os materiais empregados e os serviços executados, contínuos ou eventuais, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, mais especificamente no que concerne à sustentabilidade ambiental, conforme o item específico constante deste Estudo Técnico.

4.11. Nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, a duração do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses e poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

4.11.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 desta Lei.

4.12. Por todo o exposto e exigências, os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento e no futuro termo de referência.

4.13. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação, devido aos riscos envolvidos com a paralisação dos serviços contratados.

4.14. A contratada deverá possuir ou instalar escritório na cidade de Brasília/DF ou na Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF), a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

4.14.1. A distinção é fundamental e a justificativa para tal exigência se baseia na otimização operacional, agilidade no atendimento e na gestão administrativa do contrato, conforme detalhado abaixo:

4.14.1.1. Agilidade no Atendimento de Demandas Urgentes e Suporte Operacional:

- a) Os serviços de manutenção predial, por sua natureza, frequentemente demandam

pronta resposta, especialmente em casos de manutenções corretivas emergenciais que possam comprometer a segurança ou a funcionalidade das instalações. Ter uma base operacional (escritório/sede) na própria cidade ou na RIDE/DF permite que a empresa mobilize equipes e recursos (materiais, ferramentas específicas) com muito mais rapidez e eficiência do que uma empresa sediada em outra localidade.

b) Essa proximidade geográfica é crucial para garantir que os tempos de resposta estabelecidos em contrato sejam cumpridos, minimizando interrupções nas atividades da ANP.

4.14.1.2. Eficiência na Gestão Administrativa e Contratual:

a) A presença de um escritório na localidade facilita os contatos administrativos e operacionais com a Administração contratante. Reuniões de alinhamento, apresentação de relatórios, tratativas sobre medições, aditivos e quaisquer outras questões formais do contrato são otimizadas. A necessidade de deslocamentos constantes de representantes da empresa de outras regiões geraria custos e morosidade para ambas as partes.

b) A logística de recebimento e entrega de documentos, bem como a resolução de eventuais pendências burocráticas, é significativamente simplificada com a sede ou escritório local.

4.14.1.3. Suporte ao Preposto e às Equipes Alocadas:

a) Embora o contrato preveja a manutenção de um preposto e equipes fixas dentro da ANP (cuja justificativa já foi apresentada), a sede ou escritório na cidade de Brasília serve como base de apoio fundamental para esses profissionais. É onde a empresa realizará a gestão de pessoal (folha de pagamento, benefícios, questões trabalhistas), o controle de estoques de materiais de maior volume, a manutenção da frota de veículos (se aplicável) e a supervisão gerencial superior da operação.

b) Essa estrutura local garante que o preposto e as equipes da ANP tenham o suporte necessário e que a empresa possua a capacidade de gerenciamento e logística para sustentar a operação.

4.14.1.4. Conhecimento da Realidade Local e Mercado Fornecedor:

a) Empresas estabelecidas em Brasília ou na RIDE/DF possuem maior conhecimento da dinâmica local, dos fornecedores de materiais e serviços específicos da região, e da legislação trabalhista e fiscal do Distrito Federal. Esse conhecimento prévio contribui para a agilidade na aquisição de insumos e para a conformidade legal da execução do contrato.

b) A exigência de que a empresa contratada possua sede ou escritório na cidade de Brasília/DF ou na RIDE/DF não se confunde com a instalação de um escritório nas dependências da DIREN-ANP. Tal exigência tem como objetivo precípuo assegurar a pronta capacidade de resposta, a eficiência na gestão contratual e a agilidade logística imprescindíveis para a execução de um serviço de manutenção predial de natureza contínua e estratégica para a Academia Nacional de Polícia. Esta condição visa garantir a efetividade da prestação dos serviços e a minimização de riscos operacionais para a Administração Pública, em conformidade com o princípio da eficiência e a busca pela proposta mais vantajosa.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Preliminarmente é imperioso informar que, considerando as peculiaridades da contratação pretendida, não há possibilidade de aplicação no Programa de Compras Eficientes para o Sistema Único de Segurança Pública.

5.2. Este Estudo Técnico trata da contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de manutenção predial, com emprego de mão de obra exclusiva (serviços ordinários), fornecimento de materiais, peças e equipamentos, conforme preços unitários da tabela SINAPI, para a manutenção preventiva e corretiva, e serviços especializados sob demanda (mão de obra não exclusiva),

pautada em 3 (três) itens principais:

- 5.2.1. Serviços ordinários com mão de obra exclusiva;
- 5.2.2. Serviços especializados com mão de obra sob demanda;
- 5.2.3. Fornecimento de materiais, peças e equipamentos.

5.3. Os valores referentes a serviços técnicos ordinários com mão de obra fixa foram calculados por meio de consultas a Convenções Coletivas de Trabalho das categorias e inseridas em planilhas de custo e formação de preços, cujo resultado de valores constam no Anexo 08 ao Termo de Referência (SEI nº 61695500).

5.4. Em relação a ferramentas, instrumentos e equipamentos, a quantificação foi realizada usando os seguintes parâmetros:

5.4.1. Para a quantificação das ferramentas, utilizou-se a metodologia do SINAPI (livro 2 - SINAPI: Referências para Custos Horários e Encargos: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil / Caixa Econômica Federal, cálculos e parâmetros). A partir das famílias de mão de obra foi realizado o levantamento das ferramentas necessárias para cada atividade profissional, considerando o custo, a vida útil e a frequência de uso;

5.4.2. Os preços dos insumos de ferramentas são igualmente provenientes do SINAPI, de bancos oficiais ou de cotação no mercado. Contido nas tabelas o fornecimento dos custos horários e mensais de ferramentas tanto detalhado quanto total para cada uma das famílias de mão de obra;

5.4.3. Para execução dos serviços, caberá à Contratada o ônus de dimensionar, fornecer, manter e conservar pelo período que for necessário, ferramental, instrumental e equipamentos, vide Anexos 05 e 06, deste Termo de Referência (SEI nº 61695336 e 61695377). adequados e compatíveis com o tipo de serviço a ser prestado, a fim de assegurar a prestação satisfatória dos mesmos, dando cumprimento às condições contratuais e observando a listagem informadas nos Anexos ao Termo de Referência.

5.5. Para os serviços especializados não constantes da tabela SINAPI ou outros bancos de composições oficiais, foram consultadas empresas do ramo para apuração de valores referenciais.

5.6. Para apuração de valores de equipamentos, instrumentos ferramental básicos e peças e materiais (insumos) foram consultados sites especializados, sendo que na maioria dos itens os valores foram retirados do SINAPI, conforme se verifica nos Anexos 05 e 06, deste Termo de Referência (SEI nº 61695336 e 61695377).

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A contratação será realizada em pregão eletrônico em grupo único, dividido em 3 (três) itens, classificado como serviço continuado com dedicação exclusiva, serviços eventuais de mão de obra e fornecimento de peças, materiais e equipamentos.

6.1.1. O item 1 será composto por serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra com fixação de postos permanentes de trabalho, descritos no Anexo 08 - Equipe Técnica Permanente (SEI nº 61695500);

6.1.2. O item 2 será composto por serviços eventuais sem dedicação exclusiva de mão de obra, descritos no Anexo 04 do Termo de Referência - Serviços Especializados/Eventuais (SEI nº 61695269);

6.1.3. O item 3 será composto por fornecimento de peças, materiais e equipamentos baseados na tabela SINAPI e outros bancos oficiais, descritos no Anexo 06 – Peças e Materiais (SEI nº 61695377);

6.1.4. Os anexos ao Termo de Referência demonstrarão detalhadamente todos os postos contínuos (fixos), os serviços especializados (com chamadas eventuais) e todos os materiais, peças e equipamentos;

6.1.5. A Contratada será responsável pelo Monitoramento, Manutenção e Operação de TODAS as instalações e equipamentos prediais existentes, ou que venham a existir, nas unidades

instaladas no complexo da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, localizada em Brasília/DF, descritas neste documento e no Termo de Referência e seus anexos.

6.1.5.1. Entende-se por Monitoramento todas as atividades relativas a gerência de mão de obra; inspeção, verificação, registro do estado das instalações e equipamentos, incluindo-se suas grandezas físicas de interesse para a manutenção; auxílio à Contratante no controle dos demais prestadores de serviço indicados nos itens deste documento ou que vierem a ser contratados, cuja atuação esteja relacionada com a gestão predial; elaboração de planos, rotinas e estudos; revisão e aperfeiçoamento de rotinas; ponto de controle entre a Contratante e a Contratada; e demais atividades de nível de complexidade elevada (engenharia e técnico). O Monitoramento deverá auxiliar a fiscalização da Contratante na sua atividade de acompanhamento de todas as instalações, incluindo o monitoramento da execução dos demais serviços;

6.1.5.2. Entende-se por Operação todas as atividades relativas a atuação de pessoas habilitadas junto a máquinas, equipamentos e instalações de forma a direcionar seu funcionamento dentro dos resultados esperados. Estão incluídas as atividades de parada e reativação de máquinas e equipamentos, manobras programadas ou de emergência, reabastecimento de combustível em grupos geradores, troca de equipamentos ou dispositivos e demais atividades de nível operacional e técnico;

6.1.5.3. Entende-se por Manutenção todas as atividades relativas a necessidade de acompanhamento, reposições, consertos, adaptações, lubrificação, limpeza, etc. de maneira programada ou não, de forma a garantir continuidade do serviço e funcionamento das máquinas, equipamentos e instalações, visando a melhor utilização dos recursos, preservação do patrimônio e atendimento aos usuários;

6.1.5.4. A Contratada será responsável pela qualificação profissional dos postos de trabalho, conforme exigência deste documento, fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPI, uniformes e ferramentas em qualidade e quantidade suficiente para a adequada realização das tarefas.

6.2. A licitação será procedida nos termos da Lei 14.133, de 2021, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, no modo de disputa Aberto/Fechado, sendo em lote único formado por 3 (três) itens.

6.3. Será considerado "desconto" a diferença percentual do valor ofertado com a estimativa global - "Orçamento Estimado anual de custos para provisão de Serviços/Peças/Materiais".

6.3.1. Na execução do item 3 (fornecimento de materiais, peças e equipamentos) o "desconto" ofertado incidirá sobre os preços constantes da tabela do SINAPI, Unidade da Federação Distrito Federal, somados do BDI;

6.3.2. Na composição do orçamento estimado já está contido o BDI, que para proposta dos licitantes será o máximo aceitável;

6.3.3. O Regime de Execução é o de empreitada por preço unitário, no que se refere aos serviços executados sob demanda (itens 2 e 3), e de empreitada por preço global, no que se refere aos serviços executados pelos postos fixos de trabalho (item 1);

6.3.4. A lista de equipamentos, Instrumentos e ferramental básicos não é exaustiva. A Contratada se obriga a disponibilizar quaisquer outros equipamentos, instrumento e ferramental básicos que se fizerem necessários à perfeita execução dos serviços objeto da Contratação;

6.3.5. O fornecimento de peças e/ou materiais (item 3) somente serão realizados mediante emissão prévia de respectiva Ordem de Serviço (OS) pela Fiscalização e correspondente aprovação do orçamento da OS;

6.3.6. As peças e materiais a serem fornecidos deverão estar contidos na tabela SINAPI.

6.3.6.1. Aos valores unitários de cada peça e/ou material serão utilizados os valores contidos na tabela SINAPI, aplicado o desconto ofertado pela Contratada na sua proposta, acrescido do BDI utilizado;

6.3.6.2. Na eventualidade de necessidade de troca de peças e materiais não discriminados na tabela SINAPI, além da execução de serviços não previstos no escopo desta contratação, seu fornecimento será realizado pela Contratante. Nesse caso, a Contratada apresentará a necessidade da peça e/ou material e serviços não listados;

6.3.6.3. Demais critérios da contratação, critérios de investigação social de colaboradores da Contratada para investidura no cargo para execução dos serviços contratados, as rotinas de trabalho, a listagem de materiais, peças, equipamentos e insumos e outros de estarão pormenorizados no Termo de Referência que obrigatoriamente será elaborado tendo como modelo o disponibilizado no portal da internet da Advocacia-Geral da União - AGU.

7. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

7.1. Para a estimativa de quantidades foi avaliada a área total descrita no item 2 deste Estudo Técnico Preliminar.

7.2. Inicialmente define-se o método para a estimativa das quantidades a serem contratadas. Sendo assim, a definição das quantidades a serem contratadas foi obtida das seguintes formas:

7.2.1. Realizou-se o levantamento em campo das características de todos os equipamentos e instalações a serem objetos do contrato de manutenção. Cabe ressaltar que o Anexo 01 do Termo de Referência (SEI nº 61695071) contém todas as informações necessárias sobre a descrição geral dos edifícios que compõem o complexo;

7.2.2. Em seguida, utilizou-se informações das contratações anteriores. Para tanto, computou-se as ordens de serviços do período da contratação anterior para levantamento dos quantitativos de postos e serviços para a nova realidade após o período de 60 (sessenta) meses da contratação anterior;

7.2.3. Com base no volume de ordens de serviços, verificou-se a demanda de manutenção para cada tipo de serviço (exemplo: serviços elétricos, hidráulicos, de pintura, de marcenaria, etc). Essas informações são de suma importância para definir os quantitativos de postos, os tipos de postos que farão parte da configuração do único lote composto de itens;

7.2.4. Após, para melhor embasamento das estimativas de quantidade, realizou-se pesquisa de mercado e levantamento de custos SINAPI e outros bancos oficiais.

7.3. Para serviços de manutenção, verificou-se a necessidade de alocação exclusiva de mão de obra. Nesse sentido, foi realizada a análise da quantidade de postos permanentes de trabalho necessária para atendimento das demandas, levando em conta os princípios da economicidade e efetividade. Ou seja, os postos de trabalhos devem apresentar o melhor custo benefício: a contratação de um profissional ocioso durante seu horário de trabalho e a contratação de um profissional sobrecarregados em tarefas não atendem aos princípios que regem as boas práticas de contratação pública.

7.4. Os serviços de manutenção com alocação de mão de obra exclusiva se baseia nas rotinas de manutenção preventiva, que exige a dedicação exclusiva atuando nessas atividades, além de serviços de manutenção corretiva, realizados por meio de ordens de serviços.

7.5. Após o levantamento das demandas do contrato anterior, analisado proporcionalmente o aumento das instalações edificadas e ao mesmo tempo prezando pelo princípio da economicidade e efetividade, ou seja, os postos de trabalho devem apresentar o melhor custo benefício para garantir os princípios que regem as boas práticas de contratação pública, foi possível chegar aos quantitativos necessários relacionados neste processo.

7.6. A contratação abrange ainda serviços técnicos especializados/eventuais (sob demanda) a serem previamente autorizados, vide Anexo 04 do Termo de Referência (SEI nº 61695269).

7.7. Tais serviços especializados são sob demanda em caráter especial, tendo em vista que são demandas esporádicas.

7.8. A presença de 1 (um) posto de trabalho de um profissional "Técnico em Edificações" se justifica com base pela descrição das atribuições, a serem desempenhadas por esse profissional também responsável por atividades administrativas como organização de Ordens de Serviço, manuais, notas

fiscais, termos de garantia, etc. Caso o serviço de Técnico em Edificações fosse pago por demanda, ter-se-ia que ter mais um posto de auxiliar administrativo, o que aumentaria os custos e não geraria o trabalho com a mesma qualidade.

7.9. Devido a criticidade dos sistemas e equipamentos da Polícia Federal, os quais necessitam ter fornecimento elétrico constante, a elevada demanda de manutenções corretivas e as diversas rotinas de manutenção preventiva para serviços elétricos, inclusive com atividades diárias, se faz necessário a presença de 1 (um) posto de trabalho de "Eletricista" 44 (quarenta e quatro) horas semanais, além de 1 (um) profissional dessa área atuando 12 (doze) horas por dia em 7 (sete) dias da semana em regime de plantão, sendo desse modo, 1 (um) plantonista diurno, além dos 2 (dois) profissionais com 44 (quarenta e quatro) horas semanais. O complexo da Diretoria de Ensino contém instalação de média/alta tensão (13,8 kV) e de baixa tensão (380 V). Para tanto, a norma regulamentadora NR-10, que trata sobre segurança em instalações e serviços em eletricidade, dispõe que os serviços em instalações elétricas energizadas em alta tensão não podem ser realizados individualmente. Quando se trabalha com linha "viva" (energizada) é sempre prudente ter 2 (dois) profissionais em conjunto, dupla de oficial e ajudante. Os outros eletricitistas, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, estão escalados para as demais manutenções preventivas e corretivas, onde 1 (um) ajudante em conjunto é suficiente.

7.10. Para a parte de refrigeração, atualmente o complexo da Diretoria de Ensino conta com sistema de VRF localizado no Teatro de Arena, cerca de 200 (duzentos) splits e 10 (dez) aparelhos de janela dispostos em todos os prédios do complexo. A rotina de manutenção preventiva exige atividades diárias devendo, inclusive, estar de acordo com o Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, implantado nos termos das normas e instruções descritas na Portaria n.º 3.523, de 1998 do Ministério da Saúde e NBR 13971 – Sistema de Refrigeração, condicionamento de ar e ventilação – Manutenção Programada. Ademais, visualiza-se demanda de manutenção corretiva em praticamente todos os meses do ano. A diversidade de marcas e modelos dos equipamentos de refrigeração presentes exige um conhecimento mais profundo do assunto. Dessa forma, para tornar as atividades de manutenção mais eficientes possíveis, verificou-se a necessidade de 1 (um) profissional mais capacitado atuando principalmente no plano de trabalho de manutenção, em especial no seu Controle, acrescido de profissionais atuando na Operação. Estimou-se, assim, a presença de 1 (um) "Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado" e 1 (um) "Mecânico de Ar-Condicionado e Refrigeração" atuando principalmente na Operação da Manutenção.

7.11. A presença de 2 (dois) postos de trabalho do profissional "Marceneiro", 1 (um) de "Serralheiro" e de 2 (dois) para o posto de "Pintor" se justificam pela rotina de atividades mensais a serem executadas em todas as instalações. Tendo em vista a área a ser abrangida pelo contrato, estimou-se que os profissionais executem a rotina de manutenções preventivas e corretivas. Sendo as principais atividades previstas para cada uma destas categorias:

7.11.1. Marceneiro: revisão, relocação e manutenção de móveis (armários, gaveteiros, mesas), revisão, relocação e manutenção de divisórias internas tipo colmeia, saque frontal e divisória sanitária (TS-10), manutenção de revestimentos laminados, reparos e revisão de portas, portais, alisares, fechaduras e acessórios;

7.11.2. Serralheiro: manutenção, reparo de janelas, portões, esquadrias metálicas, suportes metálicos, revisão e manutenção de estruturas de coberturas, grelhas e dutos metálicos;

7.11.3. Pintor: revisão da pintura, aplicação de massa corrida e finalização de reparos em todas as áreas internas e externas das instalações do complexo, incluindo áreas de teto, estacionamento, tubulações e meio-fio, etc.

7.12. A presença de 2 (dois) postos de trabalho de profissional "Pedreiro" se justifica pela rotina de atividades a serem executadas em todas as instalações. Considerando a quantidade de prédios a serem atendidos, bem como a idade e estado de conservação de diversos deles, a presença desses profissionais é de crucial relevância e representa grande economicidade para a Administração, ao tempo que garante sobremaneira a conservação do patrimônio público.

7.13. A presença de 1 (um) "Piscineiro" se justifica pela rotina de atividades de manutenção da piscina da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, considerando o tipo e a frequência de uso pelos alunos/servidores/colaboradores da DIREN-ANP.

7.14. A presença de 12 (doze) postos de trabalho de profissionais "Auxiliares de Manutenção" se justifica pela necessidade de apoio em todas as atividades de manutenção preventiva e corretiva desenvolvidas. Para a Administração, se torna mais eficiente a execução de atividades de baixa complexidade por esses profissionais do que a utilização de profissionais mais capacitados para esses serviços.

7.15. A presença de 1 (um) posto de trabalho de profissional "Engenheiro de Manutenção" se justifica pela necessidade de monitoramento, controle, e direção das atividades de manutenção predial atuando diretamente na execução destas. Esse profissional será o responsável técnico (com emissão de anotação de responsabilidade técnica – ART/CREA) pelo contato permanente com a fiscalização, visando a otimização de metas e objetivos, gerenciamento de equipe de acompanhamento e monitoramento, sendo responsável por apresentar relatório situacional das edificações, com periodicidade a ser definida pelos fiscais, devendo ser no mínimo mensal, além de outras atividades como o planejamento de serviços de rotina.

7.16. A presença de 1 (um) posto de trabalho de profissional "Encarregado Geral" se justifica pela grande demanda de serviços e a quantidade de profissionais atuando em variados setores do complexo, para garantir a qualidade e celeridade dos serviços e distribuição das mãos de obra por demandas com melhor orientação das atividades de manutenção. Ressalta-se que nessa função está o preenchimento das atividades na "Plataforma de Monitoramento e Manutenção". Tal solução será vantajosa tendo em vista a celeridade na solução das demandas solicitadas, diminuindo o tempo de solução e, em alguns casos, o desconforto aos servidores com salas em serviços de manutenção com menos tempo interditadas.

7.17. É cediço que não só a Administração pública, mas todas as atividades empresariais e profissionais são dependentes da tecnologia da informação. Sendo praticamente impossível se desenvolver trabalhos sem o uso das tecnologias. Desse modo, a presença de 1 (um) "Técnico em Rede" é de crucial importância para que o máximo possível essas tecnologias sejam utilizada com o mínimo de interrupções. O profissional Técnico de Rede terá a função de instalar, testar e realizar manutenções preventivas e corretivas de sistemas de telecomunicações; reparar equipamentos e prestar assistência técnica às demandas dos setores; alterar, acrescentar e/ou retirar pontos de redes conforme necessidade dos usuários, prevendo ainda possíveis necessidade de novos equipamentos e/ou materiais; dar manutenção nos racks de rede, substituindo ou acrescentando componentes, conforme a necessidade dos usuários, além de outros serviços necessários da área.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação está estimada em R\$ 5.511.981,04 (cinco milhões, quinhentos e onze mil novecentos e oitenta e um reais e quatro centavo), conforme custos unitários apostos nos anexos deste termo de referência e consolidados em resumo no Anexo 10 deste Termo de Referência (SEI nº 61695701).

8.2. A estimativa de custos para serviços de engenharia está prevista no Decreto nº 7.983, de 2013 que determina, em seu art. 3º que o custo global de referência de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços e obras de infraestrutura de transporte, será obtido a partir das composições dos custos unitários previstas no projeto que integra o edital de licitação, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes nos custos unitários de referência do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, excetuados os itens caracterizados como montagem industrial ou que não possam ser considerados como de construção civil. Igualmente, a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 2021, estabelece vinculação.

8.3. O valor estimado da contratação abrange todos os serviços relacionados a postos de dedicação exclusiva, possíveis horas extras, os serviços de caráter especializados, sob demanda, aquisição de materiais, peças e equipamentos, todos demonstrados com valores específicos nos anexos ao Termo de Referência.

8.4. Foi considerada também a experiência do contrato anterior, bem como o conhecimento dos fiscais do contrato. Desse modo, estimou-se a quantidade dos postos de trabalho, e, com o uso das Convenções Coletivas de Trabalho - CCT's, valores mínimos estabelecidos em Lei e no SINAPI, determinando-se a tabela com preços e valores de referência. O uso do SINAPI está de acordo com o

Decreto nº 7.983, de 2013 que estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, para obtenção de referência de custos.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. A justificativa para o parcelamento dos itens em lote único está amparada pelo inc. II do art. 47 da Lei nº 14.133, de 2021 e ainda pelos inc. II e III, do parágrafo primeiro, do artigo retro citado para proceder-se a licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

9.2. A opção pela realização da licitação em lote único decorreu principalmente em razão de aspectos técnicos, com vistas a otimizar as atividades de gestão e, principalmente da execução, por parte da fiscalização da Contratada, além de impedir eventuais conflitos oriundos de responsabilização quanto à execução de serviços irregulares.

9.3. Do ponto de vista da natureza técnica e logística dos serviços a serem prestados, não se vislumbra vantagem para a Administração na dissolução dos itens para sua contratação em separado, sendo essencial, em termos de qualidade, o agrupamento dos itens considerando sua relação de semelhança e similaridade. No âmbito da execução dos serviços, a adjudicação por item pode trazer, ainda, prejuízo para o conjunto do objeto licitado, dada a sensível compatibilidade que os serviços guardam entre si.

9.4. Não seria eficiente idealizar o fracionamento do presente objeto em grupos individualizados, uma vez que o serviço que se pretende contratar é a soma de inúmeras atividades conexas e interdependentes. De fato, a gestão centralizada do grupo permite a uniformização do serviço final.

9.5. Diante das informações elencadas nos itens anteriores, justifica-se o agrupamento dos itens 1, 2 e 3 em um único lote, nos termos da legislação pertinente.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

10.1. As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si; já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação direta na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para a plena satisfação da necessidade da Administração. Portanto, após verificação dos itens a serem contratados, observou-se que não se faz necessária a realização de demais contratações correlatas e ou interdependentes ao objeto pretendido.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1. A aquisição pretendida está alinhada às diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico da Polícia Federal 2024-2027, contribuindo para o cumprimento dos objetivos institucionais e das ações estratégicas, fortalecendo a atuação da instituição com base em princípios de estratégia e governança, conforme KR2: Mapear, padronizar e consolidar o conhecimento de 80% dos processos de administração e logística em âmbito nacional - DLOG (SEI nº 40910837).

11.2. Como diretrizes gerais para a contratação ter-se-á:

11.2.1. Normativos que disciplinam os serviços a serem contratados

11.2.2. Normas e especificações constantes deste Termo de Referência.

11.2.3. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

11.2.4. Normas do Instituto Nacional de Metrologia – INMETRO e suas regulamentações.

11.2.5. Regulamentos das empresas concessionárias (Neoenergia, CAESB, Vigilância Sanitária, etc.).

11.2.6. Prescrições e recomendações dos fabricantes relativamente ao emprego, uso, transporte e armazenagem dos produtos.

- 11.2.7. Normas internacionais consagradas, na falta das normas ABNT ou para melhor complementar os temas previstos pelas já citadas.
- 11.3. Leis e Resoluções relativas ao Meio Ambiente:
- 11.3.1. Resolução CONAMA nº 307, de 2002 - Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
- 11.3.2. Leis e Resoluções relativas a sistemas de climatização e qualidade do ar interior.
- 11.4. Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e ABNT, em especial as seguintes e suas atualizações:
- 11.4.1. NBR 5.410 - Instalações elétricas de baixa tensão.
- 11.4.2. NBR 5.419 - Proteção de estruturas contra descargas atmosféricas.
- 11.4.3. NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade.
- 11.4.4. NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI.
- 11.4.5. NR-18: Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- 11.4.6. NR-23: Proteção Contra Incêndios.
- 11.4.7. NR-35: Trabalho em Altura
- 11.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
- 11.5.1. Id PCA no PNCP: 00394494000136-0-000008/2025;
- 11.5.2. Data de publicação no PNCP: 30/04/2024;
- 11.5.3. Id do item no PCA: 87;
- 11.5.4. Classe/Grupo: 833 - Serviços de engenharia;
- 11.5.5. Identificador da Futura Contratação: 200340-21/2025.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

- 12.1. Os resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis são os seguintes:
- 12.1.1. Assegurar o pleno funcionamento das instalações do complexo da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia;
- 12.1.2. Garantir o bom estado de conservação das edificações localizadas no complexo da Diretoria de Ensino da Academia Nacional de Polícia, bem como das instalações e equipamentos, a título de preservação do patrimônio público, tido como dever de todos;
- 12.1.3. Economia no valor da contratação em função do ganho de escala;
- 12.1.4. Aumento na eficiência operacional quanto à celeridade e produtividade na execução das atividades sem transtornos por falta de manutenção predial;
- 12.1.5. Maximização dos resultados da governança administrativa;
- 12.1.6. Garantia da integridade física dos servidores, colaboradores contratados e visitantes que laboram ou circulam nas dependências das unidades que fazem parte do complexo;
- 12.2. Desta forma, a instituição poderá cumprir seu dever institucional, com eficiência e eficácia, oferecendo à sociedade um serviço de qualidade reconhecida, com o melhor aproveitamento possível dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, inclusive, observando-se as políticas de responsabilidade ambiental adotadas por este Órgão em atenção à legislação pertinente.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

- 13.1. Configura-se necessária a elaboração de cronograma para adequação de ambientes e

estratégias em comum acordo entre a Contratante e Contratada, visando o início da execução do objeto;

13.2. Considerando a complexidade dos serviços a serem executados, faz-se necessária a análise da documentação de todos os profissionais a serem alocados nos postos para evitar acidentes de trabalho e/ou prejuízos por danos causados em equipamentos pela inexperiência ou falta de habilidades para determinados serviços por parte do profissional;

13.3. A Administração tomará as seguintes providências previamente ao contrato:

13.3.1. Definições dos servidores que farão parte da equipe de fiscalização e gestão contratual;

13.3.2. Capacitação dos fiscais e gestores a respeito do tema objeto da contratação;

13.3.3. Definições dos locais onde serão armazenados os equipamentos da Contratada;

13.3.4. Definição de planos de trabalho com vistas à boa execução contratual;

13.3.5. Acompanhamento rigoroso das ações previstas em projetos para a realização de adequações e melhorias que forem necessárias com o uso da mão de obra contratada.

13.4. Mapeamento de riscos:

13.4.1. O mapeamento de riscos permite a identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação e da gestão contratual. Para cada risco identificado, define-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos potenciais, possíveis ações preventivas e contingências, bem como a identificação de responsáveis por ação. Após a identificação e classificação, deve-se executar uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos. A análise quantitativa dos riscos consiste na classificação conforme a relação entre a probabilidade e o impacto. Tal classificação resultará no nível do risco e direcionará as ações relacionadas aos riscos durante a fase de planejamento e gestão do contrato;

13.4.2. Tendo em vista que o mapeamento de riscos descreverá e avaliar as ameaças que possam vir a comprometer o sucesso e o objetivo da contratação, bem como definir de que formas devem ser tratadas, ela permeará todo processo de Contratação.

14. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

14.1. Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

14.2. A presente contratação visa gerar impactos ambientais positivos, uma vez que há previsão da responsabilidade ambiental da futura contratada, conforme estabelecido a seguir, que todo o material e equipamento a ser fornecido deverá considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 201, Capítulo III, artigo 5.º, I, II, III e § 1º, exceto aqueles em que não se aplica a referida norma, bem como o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União.

14.3. Sustentabilidade ambiental:

14.3.1. Os materiais empregados e os serviços executados, contínuos ou eventuais, deverão obedecer a todas as normas atinentes ao objeto do contrato, existentes ou que venham a ser editadas, mais especificamente o que estabelece as seguintes normas:

14.3.1.1. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União;

14.3.1.2. Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 2010 – que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

14.3.1.3. Lei n.º 12.187, de 2009 – que institui a Política Nacional sobre Mudança do

Clima – PNMC;

14.3.1.4. Lei n.º 10.295, de 2001 – que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia;

14.3.1.5. Portaria nº 23, de 2015, que estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e de Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;

14.3.1.6. Os serviços a serem contratados deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental;

14.3.1.7. Resolução CONAMA nº 401/2008 e/ou legislação pertinente, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;

14.3.2. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências:

14.3.2.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;

14.3.2.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

14.3.2.3. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

14.3.2.4. Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;

14.3.2.5. Descarte adequado de materiais tóxicos como óleo de motor, lâmpadas fluorescentes e reatores, pilhas e baterias, etc. Sempre apresentando a comprovação deste descarte, da forma ecologicamente correta;

14.3.2.6. Os materiais empregados deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto;

14.3.2.7. A Contratada deverá repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e água;

14.3.2.8. A qualquer tempo poderá ser solicitada a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais;

14.3.2.9. A Contratada deverá instruir os seus colaboradores quanto à necessidade de racionalização de recurso no desempenho de suas atribuições, bem como das diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas, autorizando a participação destes em eventos de capacitação e sensibilização promovidos pela Contratante;

14.3.2.10. A contratada deverá retirar, sob orientação da Fiscalização do contrato, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los à fiscalização para avaliação de reaproveitamento e/ou recolhimento a depósito indicado;

14.3.2.11. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes;

14.3.2.12. A Contratada deverá desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como: pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham, em suas composições, chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias;

14.3.2.13. A Contratada deverá desempenhar tratamento especial as descarte de lâmpadas fluorescentes e os frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;

14.3.2.14. A Contratada deverá estabelecer, em comum acordo com a Contratante, procedimentos e rotinas voltados ao monitoramento e melhoria contínua da eficiência energética e hidráulica da edificação e de seus equipamentos;

14.3.2.15. A Contratada deverá apresentar, periodicamente e sempre que demandada, dados acerca do desempenho elétrico e hidráulico da edificação e de seus equipamentos, bem como informação a respeito das medidas adotadas para o incremento da eficiência dos mesmos;

14.3.2.16. A Contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;

14.4. Ressalta-se que o Plano de Logística Sustentável da Polícia Federal encontra-se em fase de elaboração; contudo, não há prejuízo ao projeto de sustentabilidade ambiental, considerando que, para a contratação em questão, todos os esforços serão alinhados às normas de sustentabilidade, conforme descritos nos itens acima.

15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

15.1. Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

15.2. Justificativa da viabilidade:

15.2.1. Diante de todos as informações, exigências e critérios elencados neste Estudo Técnico. Considerando que os termos estão condizentes com a Lei 14.133, de 2021.

16. RESPONSÁVEIS

16.1. Equipe de Planejamento da Contratação (SEI nº 39839670):

16.1.1. **Integrante Requisitante:**

16.1.1.1. Paulo Henrique Monteiro de Souza, Engenheiro, Matrícula PF nº 21.106, E-mail: monteiro.phms@pf.gov.br.

16.1.2. **Integrante Administrativo:**

16.1.2.1. Sheila Costa Bonfim, Agente Administrativo, Matrícula PF nº 13.224, E-mail: sheila.scb@pf.gov.br.

Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022

Órgão: Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão
Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.



Documento assinado eletronicamente por **SHEILA COSTA BONFIM, Agente Administrativo(a)**, em 03/06/2025, às 23:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MONTEIRO DE SOUZA, Engenheiro (a)**, em 04/06/2025, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61694952&crc=85B50FFE)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61694952&crc=85B50FFE.](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=61694952&crc=85B50FFE)

Código verificador: **61694952** e Código CRC: **85B50FFE**.

Referência: Processo nº 08204.003981/2024-48

SEI nº 61694952